PLANEJAMENTO: uma ferramenta de gestão do assistente social.

Juscilene Galdino da Silva[34]

RESUMO

O planejamento é um processo sistemático de tomada de decisões e constitui-se como uma ferramenta de gestão para os profissionais que trabalham em instituições públicas ou privadas. Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso de pós graduação em planejamento e gestão de projetos sociais da Universidade Filadélfia - UNIFIL-Londrina-PR. Este é um estudo teórico que aborda o planejamento com ênfase na metodologia de planejamento estratégico. Este processo, nas instituições públicas e privadas torna-se uma ferramenta de gestão indispensável que, embora complexo, pode orientar o trabalho de assistente social, que deve ter uma qualidade social para seus usuários do Serviço social.

PALAVRAS-CHAVES: planejamento, gestão, assistente social.

ABSTRACT

Planning is a systematic process of decision-making and is constituted as a management tool for professionals working in public or private institutions. This article is the result of completion of course work to graduate in planning and management of social projects at the University Philadelphia - UNIFIL - Londrina -PR. This theoretical study addresses planning with an emphasis on strategic planning methodology. This process, in public and private institutions becomes an indispensable management tool that, while complex, can guide the work of social workers, which should have a social quality to its users of social service.

KEYWORDS: Planning, management, case worker.

INTRODUÇÃO

O planejamento é uma atividade racional, processual e possui dimensões técnicas e políticas, através da qual se exerce uma ação sobre variáveis empíricas, de uma dada situação para alterá-las. Contém, pela própria natureza, uma dimensão política com princípios de ação que direcionam o que se quer fazer, mediante atividades que imprimem organização à ação.

Os elementos teóricos metodológicos se expressam em instrumentos de consolidação das decisões, através dos documentos que são os planos, programas e projetos.

Os tipos de planejamento mais utilizado na atualidade são o participativo e o estratégico. Segundo Costa(2009) o planejamento estratégico intenciona promover a reorganização institucional na perspectiva de uma atuação mais adequada integrada entre seus diversos setores, é um instrumento direcionador e promotor de mudanças.

Portanto a reorganização institucional é visualizada a partir da definição da visão, missão e princípios institucionais. A instituição se concretiza em pilares com propostas sociais e políticas firmes, definindo sua melhor forma de atuar de acordo com a intencionalidade.

Sendo assim o instrumento que direciona o trabalho profissional é o planejamento, o qual através de ações política e tecnicamente pensadas, formulam, executam e avaliam essas políticas no objetivo de enfrentar a questão social, permitindo a sociedade o resgate dos seus direitos, acessos ao serviços e serviços, sendo esses de qualidade.

A partir da participação como aluna na Pós-graduação em Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais da Universidade Filadélfia – UNIFIL nos atentamos para

34 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pós graduação em Gestão e Planejamento em Projetos sociais pelo Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL). Atualmente atua como Assistente social na Defensoria Pública do Paraná- Cianorte.

a importância do processo de planejamento enquanto instrumento de gestão para o agir profissional, dando maior significado na prática.

Neste viés de pensamento esse artigo também é uma reflexão teórica sobre os conteúdos ministrados em sala de aula e pesquisa em acervos bibliográficos. Além do interesse pessoal pelo tema, bem como a formação profissional desta autora, conceituamos o planejamento, demonstrando assim ser um dos importantes instrumentos de gestão para o agir profissional do assistente social, nas instituições públicas, como privadas.

Conceituando o Planejamento

Planejar atividades é algo que todos fazemos em maior ou menor grau, ainda que não tenha nada registrado, sempre se pensa naquilo que precisa ou deseja fazer. Planejar segundo o dicionário é traçar, fazer o plano, planificar, ou seja é a decisão antecipada daquilo que se quer que aconteça e a definição da melhor forma de se concretizar.

O ato de planejar é comum para o ser humano e faz parte da sua história, pois, "já no início dos tempos, o homem refletia sobre as questões que o desafiavam, estudava as diferentes alternativas para solucioná-las e organizava sua ação de maneira lógica". Enquanto assim fazia, estava efetivando uma prática de planejamento. Segundo Baptista (2000).

> [...] desde épocas remotas da história da humanidade identifica-se o ato de planejar, embora sob formas evidentemente diferentes das atuais, podendo ser lembradas algumas atitudes de enfrentamento criativo a situações que se apresentavam, como por exemplo, a guarda de alimentos, tendo em vista a previsão para enfrentar períodos rigorosos de inverno etc. (BARBOSA, 1991, p.17).

Essa atitude, em si dialética, segundo o autor é inerente ao ser humano. Todo homem é capaz de planejar, tomar decisões em relação ao futuro, entretanto, esta consideração, nos possibilita partir da premissa de que o planejamento é basicamente um processo de racionalidade.

De acordo com Baptista (2000), o planejamento, é parte integrante das ações de um projeto, pode-se definir como a etapa em que se determina como será a execução de todas as ações planejadas, e seu acompanhamento. São determinadas as prioridades de intervenção bem como a definição dos objetivos e metas que se pretende alcançar, também deverá ser levado em consideração os recursos disponíveis e os prazos pré-estabelecidos.

Neste enfoque, o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, prevendo seus limites e possibilidades, propondo objetivos, e definindo estratégias (BAPTISTA, 2000).

Para Oliveira (2007) o planejamento é um processo sistemático e constante de tomada de decisões, onde os resultados das decisões tomadas deverão aparecer futuramente.

Já Maximiano (2000) define planejamento como um instrumento que as pessoas e as organizações usam para administrar as decisões futuras, ou seja, planejar é definir os objetivos ou resultados a serem alcançados no futuro. Diz que planejamento é uma ação que fazemos antes de agir.

Retomando ao pensamento de Baptista (2000) diz que sua dinâmica se organiza por operações complexas e interligadas, sendo elas: reflexão, decisão, ação, e retomada da

reflexão.

A autora acima mencionada afirma que reflexão é o momento do conhecimento de dados, é à análise e estudo de alternativas, à superação e reconstrução de conceitos e técnicas de diversas disciplinas relacionadas com a explicação e quantificação principalmente dos fatos sociais. Em contra partida a decisão se refere à escolha de alternativas, à determinação de meios, e definição de prazos.

A ação está relacionada à execução das decisões, é o foco central do planejamento, orientando-se por momentos que a antecedem e é subsidiada pelas escolhas efetivadas da decisão, quanto aos necessários processos de organização.

Ainda segunda a autora, a retomada da reflexão é a operação de crítica dos processos e dos efeitos da ação planejada, com vistas ao embasamento do planejamento de ações posteriores.

Neste sentido Barbosa também diz que "oportunizar a todos os homens o exercício da reflexão é acreditar na sua capacidade de pensar, analisar, decidir, de pensar no passado e no futuro, propondo criações conjuntas e um assumir responsável diante das suas decisões e ações" (1991, p.26). Desta maneira, observa-se um processo imbuído de diferentes histórias, valores e princípios, onde;

> O privilegiamento da dimensão político-decisório é base das novas reflexões que se fazem sobre o planejamento. Essas reflexões evidenciam de partida, a necessidade de o técnico ter presente, ao realizar seu trabalho, as ideias e o sistema de valores subjacentes às decisões norteadoras do planejamento e, ao mesmo tempo, procurar compreender a realidade trabalhada em seu contexto de tensões e pressões de interesses diversos, como base de sustentação da decisão. Evidenciam, ainda, a necessidade de uma análise crítica do significado e das decorrências das novas propostas para aqueles que estejam sob seu raio de influência" (BAPTISTA, 2000 p.).

Além dessa perspectiva de escolhas políticas, o planejamento tem outro plano de intervenção, que é mais vinculado à realização das ações,

> A definição das atividades necessárias para atender a problemas determinados e à otimização de sua sequência e inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso – recursos, prazos e outros – diz respeito, também, às providencias necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação" (BAPTISTA, 2000 p.).

Para que o planejamento atinja seu objetivo fundamental, deve estar associado a uma leitura de realidade além da apreensão das condições objetivas e subjetivas do ambiente no qual ela ocorre, ou seja, informações significativas para tomar a decisão.

Sendo assim, pode-se considerar que o planejamento é um instrumento de gestão importante, pois proporciona visibilidade para a instituição, uma vez que, posiciona a mesma sobre o contexto real, trazendo idealizações futuras e métodos para atingir essas idealizações e realizar assim a transformação social almejada.

Os tipos de planejamento são o planejamento tecnocrata, participativo e estratégico.

O planejamento tecnocrático é aquele que uma única pessoa ou grupo detém o poder de decisão, ou influência nas decisões dos demais a fim de obter os seus próprios interesses, muitas vezes fazendo com que as pessoas pensem que teve participação e que a

decisão foi democrática.

Exemplo disso é a participação da sociedade nas decisões políticas que fica limitada, fazendo com que àqueles que não detêm do conhecimento científico se submetam aos interesses daqueles que detém o saber técnico que neste caso são os políticos e, consequentemente, o poder.

Podemos então dizer que existe uma estreita relação entre os planejamentos tecnocráticos e os regimes políticos autoritários, na medida em que o tecnocrata acredita num Estado forte (autoritário) que mantêm sob controle as classes com menor poder econômico e político, através da sua "autoridade técnico-científica". (HORTA, 1982, p. 229).

Isso também ocorre nas instituições públicas ou privadas onde ainda se percebe que esta prática é bastante comum e não tão longe de nossa realidade, no que diz respeito a patrão e empregado ou superior e subordinado.

Já o planejamento participativo é aquele que a ideia ou sugestão de todos é levada em consideração principalmente os ligados a instituição, e ou, a comunidade.

De acordo com Gandin (1997) a característica principal do planejamento participativo não é somente o fato de se estimular a participação das pessoas ou comunidade em geral. Isto existe em praticamente todos os processos de planejamento: não há mínimas condições de fazer algo na realidade atual sem, pelo menos, pedir às pessoas que tragam sugestões ou novas ideias. Esse tipo de planejamento é, de fato, uma nova tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade apresentada.

É por isso que o planejamento participativo se distingue de outras correntes. Prova disso é que observamos essa nova tendência em quase todas as organizações, principalmente as de cunho social, que valoriza as ideias, ao modo de pensar que constituem a organização seja social ou não, principalmente o público interno, funcionários, diretoria, entre outros que são os que trabalham diariamente e diretamente para a construção de um objetivo comum a todos.

Quando houver desejo real de planejamento participativo, um aspecto metodológico constitui-se em ponto fundamental: recolher o que as pessoas sentem, desejam e pensam da maneira como elas o pensam, desejam e sentem, utilizando as próprias palavras que as pessoas escrevem ou pronunciam. O importante é definir que, para construir um processo participativo com distribuição de poder, não é suficiente pedir sugestões e aproveitar aquelas que pareçam simpáticas ou que coincidam com pensamentos e expectativas dos que coordenam: é necessário que o plano se construa com o saber, com o querer e com o fazer de todos. (GANDIN, 1997, p. 136)

Outro tipo muito utilizado atualmente é o planejamento estratégico, sua metodologia gerencial permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando o melhor resultado possível, no tempo estabelecido seja um curto ou longo prazo, discorreremos sobre esse assunto no próximo item.

O planejamento se dá dentro das instituições, pois as mesmas necessitam tomar decisões, realizar as melhores escolhas, definir ações; por isso é preciso ter clareza o que se pretende realizar, coerência e integridade, para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

Partindo do pressuposto de que uma instituição que prima por um trabalho de qualidade social, onde a atuação profissional e técnica devem proporcionar aos usuários o seu bem estar social e a garantia dos seus direitos, estas são características somente

alcançadas através de uma gestão institucional sólida.

COSTA (2009) diz que quando há racionalidade à ação de intervenção numa situação real, esta se da para transformar numa situação idealizada. Sendo assim segundo a autora, esta ação de intervenção deve possuir uma base ideológica, teórica e metodológica e sua intenção de transformação deve estar numa perspectiva política.

Para que esse trabalho seja executado da melhor forma possível, as metas sejam atingidas, as instituições podem utilizar a metodologia do planejamento estratégico, o qual pode considerar, um processo em que as pessoas que atuam na organização, acordam a principal ação a ser realizada e os meios para alcançá-la.

Segundo Queiroz (2004) o planejamento estratégico, deve ser entendido como um processo através do qual as pessoas que atuam em uma organização acordam a essência do que pretendem realizar, e com que meios devem utilizar.

Baptista (2000) complementa que o planejamento estratégico é uma forma nova de pensar, que determina uma nova forma de agir dentro das instituições.

Para tal o planejamento estratégico estabelece a técnica e a metodologia que viabilizam o resultado com qualidade, permite determinar previamente objetivos estratégicos a serem alcançados e os meios pelos quais possam ser executados.

Sendo assim o principal instrumento para se concretizar este trabalho é o planejamento estratégico, pois poderá proporcionar as instituições um trabalho com caráter transformador sendo esta a principal demanda dos usuários que procura seus direitos através de serviços com qualidade social e principalmente resolutividade.

Para Costa o planejamento estratégico é o instrumento através do qual a entidade se mobiliza, para transformar a sua estrutura funcional e organizacional, construindo o seu futuro e novas formas de relacionamento com a população usuária de seus serviços.

> [...] o planejamento estratégico intenciona promover a reorganização institucional na perspectiva de uma atuação mais adequada integrada entre seus diversos setores, e ser instrumento direcionador e promotor de mudanças. (COSTA, 2009 p.36)

Esta reorganização institucional é adquirida a partir da metodologia do Planejamento Estratégico, permitindo a definição da visão, missão e princípios institucionais. A instituição se concretiza com propostas sociais e políticas firmes, definindo sua melhor forma de atuar de acordo com a intencionalidade.

Para sua implementação o Planejamento Estratégico pode seguir três etapas, sendo a primeira um levantamento de dados; a segunda a diagnose que irá avaliar o ambiente e as respostas da entidade aos impactos, a partir do levantamento de dados e a terceira a identificação da missão, definição das finalidades e explicação dos objetivos.

Sendo assim, visão, missão e princípios são as diretrizes a serem definidas no processo de planejamento, a partir da análise de conjuntura para a compreensão do contexto no qual a instituição está inserida.

Segundo Costa (2009), o estabelecimento da Visão Institucional define um modelo, ao qual a instituição seguirá no seu agir é a direção que ela se moverá e constitui o que se deseja para o futuro.

A Visão deve ser um ideal que serve como inspiração, motivação, força e orientação.

Trata-se, portanto, de um modelo mental, claro e luminoso, de um estado ou situação altamente desejável, de uma realidade futura e possível, descrita de forma simples e objetiva, compartilhada por todos os dirigentes e colaboradores da organização. A Visão responde à pergunta: para que direção nos moverá? Ao ser elaborado, deve-se ter em mente o que o grupo deseja para a instituição no futuro.

Já a missão é o foco central de uma instituição, é a razão de sua existência e deve responder as seguintes questões: o que a organização deve fazer? Para quem ela deve fazer? Para que ela deve fazer? Como ela deve fazer? Onde ela deve fazer? E qual a responsabilidade social que deve ter para com a comunidade?

Quando nos remetemos a realidade na qual estão inseridas essas Instituições observamos o movimento permanente, sendo a tendência à mudança uma de suas características.

A seguir definem-se os princípios, nessa etapa, cabe definir o posicionamento ético, político e ideológico da instituição frente à questão social por ela atendida, defini-se também a concepção da instituição em relação à sua população usuária.

Os Princípios são os pontos básicos sobre os quais a instituição fundamenta sua atuação, balizam o que deve limitar e condicionar os processos decisórios da instituição no cumprimento de sua Missão. Esses princípios podem ser de natureza ética, política, cultural.

A segunda fase, parte da elaboração do planejamento é a análise diagnóstica. Nesta fase, a visão, a missão, e os princípios, definidos anteriormente, são tomados como parâmetro, comparando-os com a análise de conjuntura e com a análise da situação real da instituição, buscando o esclarecimento a respeito dos problemas existentes no contexto da atuação institucional, das causas e efeitos desses problemas e onde, com quem e de que forma esses problemas aparecem.

Portanto, o diagnóstico compreende saber o grau de dificuldade existente para, a partir da situação real, alcançar a situação ideal, que é a visão estabelecida. Nesse são determinados quais os maiores obstáculos existentes para o alcance da visão já estabelecida e para o cumprimento da missão institucional, buscando as razões dessas dificuldades. São levantados os pontos fortes e fracos da instituição e as oportunidades e ameaças na, em função do alcance da situação ideal, ou seja, a diagnóstica parte da descrição da situação real e mostra qual a distância existente entre a situação real e a desejada.

O processo de elaboração do diagnóstico segue dois importantes momentos: o da reflexão e o do enunciado, que segundo Costa (2009) nesse processo são observados, identificados e selecionados os principais fatos e fenômenos determinantes da realidade atual vivida no contexto institucional. Esses fatos e fenômenos, em seguida, são descritos, revelando suas características, suas causas e seus efeitos, bem como a relação deles entre si, com o contexto institucional e com a realidade mais ampla. Por último, é identificado o problema central, apontado pelo diagnóstico, é que irá determinar todos os demais. É a partir do problema central que serão definidos o objetivo geral do plano gestor e os respectivos objetivos específicos.

Segundo Gandin (1997), nesse momento surge a proposta de ação para aproximar a realidade existente da realidade desejada.

Costa (2009), diz que a definição da programação traz implícita a operação da decisão. É o momento em que são feitas as escolhas dos objetivos e das metas, das

alternativas, dos meios e dos prazos que serão colocados em prática, bem como do sistema de monitoramento e avaliação das ações a serem executadas; são definidos os programas e seus respectivos projetos. De acordo com a autora, a programação responderá às seguintes perguntas: "O que faremos para chegar à situação ideal?, Como faremos isso?

Ao final da etapa de elaboração do plano, é realizada, pelo grupo de planejamento, a avaliação de todo o processo de elaboração, quando são pontuados os principais êxitos e fracassos desse processo, aumentando assim a competência do planejamento e das tomadas de decisão.

Portanto o instrumento que direciona o trabalho é o planejamento, o qual através de ações política e tecnicamente pensadas, formulam, executa e avalia as políticas sociais, com objetivo de enfrentar a questão social, permitindo a sociedade o resgate dos seus direitos, acessos ao serviços de qualidade.

As diferentes profissões utilizam-se do planejamento como instrumento em seu cotidiano profissional para que as decisões fiquem marcadas pela racionalidade técnica e política, que vão, permeia todo o processo de reflexão, decisão e ação da intervenção profissional, com destaque aqui para o profissional de Serviço Social.

Serviço Social e o processo do planejamento

Segundo IAMAMOTO (1993) o Serviço Social enquanto profissão é uma atividade institucionalizada, legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante. Na divisão sócio-tecnica do trabalho, este trabalho se desenvolve de acordo com as condições de produção sobre a qual se baseiam as relações entre os membros da sociedade.

A natureza da profissão, segundo a autora, se baseia na intervenção, ou seja, uma atividade predominantemente prática que visa introduzir mudanças imediatas no contexto social. Quanto ao papel do assistente social, evoca-o basicamente instrumental como educador, orientador da hegemonia e da coerção de classes a que se vincula objetivamente. Segundo a autora, as funções do assistente social são exercidas através da mediação dos serviços sociais, criando condições favoráveis à reprodução da força de trabalho.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1983), a profissão Serviço Social surgiu devido às contingenciais geradas pelo capitalismo com suas grandes instituições, que exploram a força de trabalho e desse modo, produzem populações de trabalhadores e desempregados que necessitam de serviços de assistência social implementados pelo Estado. Assim, o profissional de Serviço Social atua no âmbito das relações humanas e deve contribuir para que seja garantido o direto do trabalhador.

Para se adquirir uma prática transformadora, combatendo o ativismo cotidiano, o profissional assistente social adota o processo de planejamento como instrumento para enfrentamentos. É necessário atuar, buscando respostas sólidas e concretas as demandas que cotidianamente são postas. Segundo Neto (2011), o profissional deve desenvolver em sua atuação a perspectiva da totalidade institucional, sendo que a formação desses profissionais deve ser capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais emergentes na sociedade brasileira.

A prática profissional, em qualquer campo, está permeada por problemas de naturezas diversas que tornam o seu debate um verdadeiro desafio para aqueles que se propõem a realizá-lo. Assim também ocorre com o assistente social, em seu ambiente profissional, na instituição que atua, seja ela, governamental ou não, atende na maioria das vezes, pessoas e/ou famílias com situações diversas e necessidades, geralmente, urgentes,

não possuindo recursos financeiros suficientes para a realização dos encaminhamentos necessários.

Diante disso BAPTISTA (2000) argumenta, que;

> O profissional que pretende criar condições para uma intervenção, que conduza a mudanças significativas e não apenas na singularidade do seu objeto, deve necessariamente procurar superar os limites do enfoque situacional para identificar prioridades de intervenção, adotando uma visão que não reduza a ação à imediaticidade.

Para Mioto (2004), as ações profissionais, se estruturam sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para as quais são destinadas, bem como na definição de objetivos, considerando o espaço dentro do qual se realiza na escolha de abordagens adequadas para aproximar-se dos sujeitos destinatários da ação e compatíveis com os objetivos.

Para tanto, continua a autora, implica na escolha de instrumentos apropriados às abordagens definidas e também de recursos auxiliares para a sua implementação. Todo esse processo se opera com base no planejamento, na documentação e num apurado senso investigativo, o planejamento sem dúvida é uma ferramenta importante para toda ação profissional. O Assistente social tem um desafio em seu cotidiano onde deverá buscar alternativas de gestão para que possa construir propostas de trabalho efetivas, capaz de preservar e efetivar direitos, dentro da instituição seja ela pública ou privada. O profissional tem que ficar atento às mudanças e inovações da realidade apresentada, a fim de buscar as melhores alternativas e estabelecer efetivação de direitos.

Contudo, GANDI (1997), destaca e caracteriza três tipos de profissionais que apesar de não indicados, são encontrados muitas vezes no âmbito das instituições. O primeiro são os extremos conservadores, que não fazem distinção entre a realidade desejada e a realidade existente, se esforçam para manter sociedade assim como está, ou no máximo, desejam aperfeiçoá-la ou reformá-la. Já o segundo inclui os extremos revolucionários que acreditam não haver possibilidade de contato entre a realidade desejada e a existente e que, portanto não poderá ocorrer mudanças a não ser pelas armas. O terceiro tipo de profissional diz respeito aos que querem a mudança a partir do que existe e acreditam nela. Pregam que a realidade desejada e a realidade existente têm pontos de contatos e pontos discordantes, e as mudanças podem ser produzidas através do campo de trabalho em que atuam.

Destacamos aqui esse terceiro tipo de profissional que é o mais promissor para o processo transformador, pautados em ações refletidas, decididas, executadas e avaliadas de acordo com as necessidades apresentadas pela realidade foco de intervenção.

Para garantir a transformação, é necessária também uma consciência crítica que, segundo GANDI (1997) isto somente é alcançado por um processo de planejamento no qual a tensão e a dialética entre a realidade existente e a realidade desejada é o mais importante. Somente assim o profissional não estará reproduzindo a sociedade ingênua e espontaneamente, com base no senso comum ou na ideologia, mas reproduzindo o que se escolheu, com a firmeza da opção crítica e da teoria, com modelos de interpretação da realidade e metodologias de ação que sejam eficazes.

O planejamento segundo Vieira (2010) é um importante aliado ao exercício do trabalho profissional, pois permite antecipar possíveis e certas mudanças do ambiente

externo em que a sociedade está inserida continuamente. Deve ser tratado como um processo primordial ao trabalho profissional, pois é um método aplicado para a intervenção profissional, ou seja, o profissional deve investigar e analisar a realidade para assim propor uma intervenção eficaz.

O autor destaca que para o profissional de Serviço Social o planejamento deixa de ser um método de estudo e passa a ser um procedimento importante para a profissão, tornando um instrumento essencial para compreender a profissão, sendo que esta precisa repensar suas práticas para atender as mais diversas realidades e expressões da questão social que surgem no cotidiano profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo contínuo do planejamento é de fundamental importância em instituições onde atuam profissionais, com destaque nesse artigo para o assistente social. Adotar este processo como instrumento de gestão institucional, bem como, no agir de cada área profissional permite dar maior significado na prática do cotidiano profissional.

O planejamento, enquanto processo contínuo, de elaboração, execução e avaliação, proporcionam transformações importantes no contexto onde a instituição atua se deste instrumental, a mesma se apropriar. Pois, conforme demonstramos este instrumento é possível que a prática profissional seja concretizada, combatendo ações imediatas e emergentes e proporcionando a instituição maior clareza quanto aos princípios, visão e desempenhar sua missão com a população usuária do serviço.

O profissional de Serviço Social está qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas à condução das políticas sociais públicas, para tal deve se apropriar do instrumento de gestão que é o planejamento para efetividade de sua atuação e tendo como objetivo responder às demandas dos usuários dos serviços prestados.

Enquanto profissional planejador, o assistente social, ao apropriar-se desse instrumento de gestão que é o planejamento, mostra que sua ação vai além de práticas assistencialistas, imediatistas, traz ao profissional técnica política e sistematizada, sendo o facilitador para as demais áreas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2ª edição, 2000.

BARBOSA, Mário da Costa. Planejamento e Serviço Social. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

COSTA, Selma Frossard. Planejamento estratégico: instrumento de gestão do terceiro setor/Selma Frossard Costa.2 ed. – Londrina: Edunifil,2009

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

GANDIN, Danilo. A prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 4ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HORTA, José Silvério Baia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil. São Paulo: Autores Associados/Cortes, 1982.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à administração. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIOTO, R.C. T. Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família. Projeto de Pesquisa:

UFSC/CNPq. Florianópolis, 2004

NETTO, José Paulo. Revista Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. In: A construção do projeto ético político do Serviço Social. Disponível em <www.fnepas.org.br/serviço_social_saúde>. Acesso em: 12/11/2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos metodologia práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

QUEIROZ, Marco. Empreendedorismo social e desenvolvimento. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). Terceiro Setor: planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2004.

VIEIRA, Talita Carmonia. A importância do planejamento social. Disponível em: <www.webartigos.com/aimportanciado planejamentosocial>. Acesso em: 10/11/2013.